

Jefferson Davidson Dias de Moura¹

Os novos movimentos de classe: reflexões sobre a organização política dos trabalhadores brasileiros

Resumo: O século XXI inicia-se marcado pela intensificação da crise do capital diante do novo liberalismo. A mundialização do capital e a reestruturação produtiva marcam a conjuntura. Diante da hegemonia do novo liberalismo, a classe trabalhadora sofre em todo o mundo os impactos das transformações políticas e econômicas consubstanciadas nessa agenda. A incapacidade de parte dos segmentos organizados em incorporar os novos sujeitos, expressão real da classe trabalhadora, somada aos limites impostos pela agenda do novo liberalismo, cria bases objetivas para a formação de novos movimentos organizados. Esses novos movimentos de classe vêm se caracterizando como importantes protagonistas das lutas políticas nos últimos anos no Brasil.

Palavras-chave: Movimentos de classe; novo liberalismo; Brasil.

Abstract: The new movement between classes: considerations about the politics organization of Brazilian workers. The XXI century begins marked by the intensification of the capital crisis before liberalism. The conjuncture is marked by the globalization of the capital and the production process reorganization. Before the hegemony of the new liberalism, the working class suffers around the world the impact of the political and economic transformations that are consolidated on this agenda. The inability of incorporating the new subjects by some of the organized segments, the real expression of the working class, added to the limits imposed by the agenda of the new liberalism, creates the baselines for the formation of new organized movements. This new movement between classes has been characterized as an important protagonist of the political fights in the last few years in Brazil.

Keywords: Organized movements; before liberalism; Brazil.

O século XXI inicia-se marcado pela intensificação da crise do capital diante do novo liberalismo. A tendência decrescente da taxa de lucro manifesta-se em mais um ciclo de estagnação da economia. A mundialização do capital (CHESNAIS,

¹ Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Doutorando em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social – ESS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

1996) e a reestruturação produtiva marcam o compasso das tentativas de superação da dinâmica de desacertos estruturais do capitalismo.

Diante da hegemonia do novo liberalismo, a classe trabalhadora sofre em todo o mundo os impactos das transformações políticas e econômicas consubstanciadas nessa agenda. Trata-se de uma dinâmica de transformações econômicas que atinge diretamente o movimento dos trabalhadores e suas organizações sindicais e políticas.

A reflexão sobre a dinâmica de implementação do projeto neoliberal, por um lado, e a discussão de um projeto estratégico de transformação societária que abarque o conjunto da classe trabalhadora, por outro, são parte dos problemas que se colocam ao movimento dos trabalhadores no tempo presente.

As propostas de reflexão levam inevitavelmente à discussão das perspectivas e dos limites relacionados aos movimentos organizados dos trabalhadores. O “moderno príncipe” (COUTINHO, 1999), entendido como o partido da vontade coletiva transformadora, parece ter se ausentado da maioria dos projetos políticos apresentados na atualidade.

Nesse sentido, as recentes mudanças que se verificaram na produção capitalista, em sua busca por intensificar a exploração do trabalho, causam impactos e metamorfoses à classe trabalhadora, refletindo diretamente em sua ação política e sindical. A incapacidade de parte dos segmentos organizados em incorporar os novos sujeitos, expressão real da classe trabalhadora, somada aos limites impostos pela agenda do novo liberalismo, cria bases objetivas para a formação de novos movimentos organizados. Esses novos movimentos de classe vêm se caracterizando como importantes protagonistas das lutas políticas nos últimos anos no Brasil.

Como referência às ferramentas de luta em construção, expressas nos novos movimentos de classe, são tratadas neste texto as experiências de organização e construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)², além de outras de menor visibilidade nacional, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)³ e o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL)⁴.

Diferenciando-se dos movimentos sociais *stricto sensu*, das organizações não governamentais (ONGs)⁵, do sindicalismo e da maioria das experiências dos partidos constituídos até então, esses movimentos representam o início de uma dinâmica de organização da classe trabalhadora, ainda embrionária, mas que sinaliza grandes possibilidades.

Diante de uma conjuntura em que o movimento sindical constituído, bem como os partidos de esquerda organizados, parecem não dar conta de incorporar os diferentes sujeitos que se apresentam, esses movimentos de classe sinalizam uma dinâmica que necessita ser estudada e debatida.

² A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, inicia-se ao final dos anos setenta e se desenvolve na década de 1980. Em setembro de 1979 no município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul, começam as discussões para formação do movimento (FERNANDES, 2001). No início da década de 1980, articula-se o Movimento. Seu encontro nacional de fundação foi em janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná.

³ O MTST vem sendo estimulado pelo MST e tem sido um pólo de organização de trabalhadores urbanos.

⁴ O MTL foi fundado em 2002, aglutinando dois movimentos nacionais de luta pela reforma agrária, MLST e MT, e uma corrente de luta política e sindical, o MLS (Movimento de Luta Socialista).

⁵ Atuando no terceiro mundo, existem cerca de 50.000 ONGs que movimentam recursos na ordem de 10 bilhões de dólares anuais. (PETRAS, 2000).

O Neoliberalismo e a Reestruturação Produtiva: o contexto sócio-econômico das transformações da classe trabalhadora brasileira na década de 1990

O capital, na atual fase de seu “desenvolvimento”, configura-se sob a determinância do capital financeiro. O capital especulativo hegemônico determina o controle acionário da maior parte dos grandes conglomerados industriais, os bancos e agentes de fomento influenciam e definem as taxas de juros e investimentos em todo o mundo. As instituições financeiras, como os bancos, fundos de pensão, as companhias de seguro, controlam não só as ações das principais empresas mundiais, como também operam com os títulos das dívidas externas e internas de vários países nos mercados especulativos determinando sua agenda política e social, segundo Chesnais:

Ao término de uma evolução de vinte anos, são as instituições constitutivas de um capital financeiro, possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado. (1996, p. 8).

A relação definida a partir da sobreposição do capital financeiro, ainda que em meio a uma mesclagem difícil de mensurar, entre capital financeiro e industrial, vem sinalizar que a intercessão das esferas da produção e circulação caminham em direção a um conjunto unitário, indicando uma nova realidade, que afirma o capitalismo mundializado e traz à atualidade o conceito de imperialismo definido por Lênin (1986).

O capitalismo fundado sobre a mundialização financeira tem suas bases no lucro rápido especulativo. O capital financeiro, ao orientar os investimentos e os novos parâmetros de mercado, desmistifica a falácia do mercado livre global, reafirmando, assim, a determinação dos mercados face aos interesses das grandes corporações e conglomerados. Institucionalmente, a predominância financeira do capital se expressará nas orientações e no papel cumprido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio (OMC) (PETRAS e VELTMEYER, 2000, p. 23).

A consolidação dessa política se dá a partir de 1971, com o fim do sistema de *Bretton Woods*, período em que o dólar deixa de ter equivalência com as reservas de ouro nos EUA. O fim do padrão ouro cria novas possibilidades para as regras monetárias, terminando por inviabilizar as perspectivas regulatórias. Apresenta-se uma conjuntura na economia mundial, onde os lucros virão acompanhados de uma maior fragilidade dos fundamentos do sistema, necessitando de um permanente aumento dos níveis de exploração do trabalho.

As eleições de Margaret Thatcher, em 1979 na Inglaterra, e de Ronald Reagan, em 1982 nos Estados Unidos, consolidaram o neoliberalismo como reação teórica e política ao estado de bem-estar social (ANDERSON, 1995).

Os Estados Unidos, hegemônicos como potência econômico-militar – cada vez mais militar que econômica –, ditam o ritmo de intensificação da exploração,

garantindo sua supremacia. Os gastos militares merecem ser destacados. Nesse contexto, as guerras e conflitos que possibilitam o aquecimento desse setor são fundamentais para a economia dos EUA. Ressalta-se como um dos elementos determinantes para a afirmação da hegemonia neoliberal a crise nos países do leste europeu e na ex-URSS. A crise do “socialismo real”, ou dos “Estados burocráticos”, fragilizou a possibilidade dos projetos alternativos de contraposição ao neoliberalismo. A derrota foi fundamental, para a ofensiva ideológica e a abertura dos novos mercados, dando bases para a propaganda das benesses de um Estado capitalista “globalizado”. Além disso, desarticulou o Pacto de Varsóvia⁶, único aparato militar capaz de fazer frente aos EUA.

No Brasil, ao contrário do resto do mundo capitalista, teremos um retardo de cerca de 10 anos para o início da implementação da agenda neoliberal, como já comentado. Será a partir dos anos 90 que se iniciará de forma mais explícita sua implementação: privatizações, redefinição das políticas públicas, reestruturação produtiva, acumulação flexível. A eleição de Fernando Collor, em 1989, pode ser tomada como um marco, para definir o período da implementação dessas políticas no país.

Nesse contexto presencia-se o aumento do desemprego em escalas inimagináveis; os trabalhadores precarizados, contratados temporariamente, expandem-se. O trabalho informal torna-se parte constitutiva indispensável do processo geral de valorização do capital. Os “excluídos” de direitos são a expressão objetiva da realidade que impacta diretamente a classe trabalhadora.

Reflexões sobre as transformações da classe trabalhadora brasileira

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil difere do modelo “clássico”. Já em sua origem apresenta a combinação de formas não-capitalistas de produção, associadas ao grande capital internacional. A passagem da fase mercantil, agro-exportadora, para a fase de industrialização nacional traz a marca da “modernização conservadora” definida por Florestan Fernandes (1977).

Ao partir da perspectiva teórica marxiana, entende-se o conceito de classe social como expressão da configuração societária, como as relações constituídas entre determinados grupos sociais na produção material, em um determinado período histórico.

Neste sentido, a classe social só aparece onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo (FERNANDES, 1977, p. 173).

⁶ O Pacto de Varsóvia articulava em um tratado de apoio militar a ex-URSS e os países socialistas do báltico e Europa oriental.

A formação da classe, expressão objetiva da estrutura sócio-econômica capitalista, funda-se centralmente no antagonismo entre os possuidores dos meios de produção e os que detêm somente sua própria força de trabalho, obrigados a vendê-la para sobreviver. Tal fato não resume as classes à burguesia e ao proletariado. Ao afirmá-las como fundamentais, indica que a estrutura econômica sob a qual se fundam as relações sociais capitalistas tem a burguesia e a classe trabalhadora como principais sujeitos.

Os proprietários de mera força de trabalho, os de capital e os de terra, os que têm por fonte de receita, respectivamente, salário, lucro e renda fundiária; em suma, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção (MARX, 1984, p. 1012)

É nesse contexto, diante das transformações no “mundo do trabalho”, que novos sujeitos se manifestam, apresentando-se como parte da classe trabalhadora. São expressão das relações sociais constitutivas do capitalismo neste início de século, obrigados a vender sua força de trabalho sob condições que, em geral, mal possibilitam a reposição do necessário à sua subsistência. Entretanto, esses trabalhadores desprovidos de direitos são parte ativa da produção capitalista. Ao contrário das análises centradas exclusivamente no proletariado industrial fabril, que afirmam a redução da classe trabalhadora, ao se considerar a extensão da proletarianização e a expansão do exército industrial de reserva (EIR), pode-se constatar sua ampliação no Brasil e no mundo.

O fato de que contingentes cada vez maiores da classe trabalhadora estejam submetidos a condições de trabalho precárias, temporárias ou sem nenhum trabalho não significa que estejam excluídos da produção e reprodução do capital. Expressão da classe trabalhadora, esses homens e mulheres, na cidade e no campo, anônimos nas estatísticas oficiais e nos exercícios de econometria, são parte integrante do sistema do capital. Partindo de sua condição fragmentada e de sua inserção precária na produção capitalista, esses trabalhadores afirmam-se e começam a expressar sua voz. Os “excluídos”⁷, portanto, não estão fora do sistema, não estão fora da lógica de acumulação.

Esses trabalhadores, em sua maioria, uma fonte de reserva de força de trabalho para o capital, são responsáveis por suprir as necessidades eventuais de maior ingresso de trabalho vivo na produção, bem como por determinar a possibilidade de níveis salariais rebaixados garantidos pela pressão do desemprego em massa. Mas, além disso, cumprem um papel em atividades econômicas diversas, que se combina com os interesses capitalistas atuais. Segundo Iamamoto: “A redução do trabalho relativamente necessário aparece como aumento da capacidade de trabalho

⁷ Contraditoriamente ao aumento da miséria, à expansão da proletarianização sob os setores médios, à fragmentação da classe trabalhadora vinculada à indústria e à expansão do exército industrial de reserva, com o desemprego em massa, um contingente de milhões de trabalhadores, uma massa de trabalhadores excluída de direitos, mas incluída no processo de produção se expande.

relativamente supérflua, isto é, cria uma *população excedente*: excedente de capacidade de trabalho para as necessidades médias do capital” (2001, p. 76) (grifos no original). Uma situação de elevação permanente do desemprego, onde a miséria coloca-se a um número cada vez maior de trabalhadores.

Como resistência, os trabalhadores se organizam; a luta dos movimentos pela reforma agrária, dos desempregados, dos sem teto e tantos outros indica as mudanças em curso. Ao entrarem em cena, esses sujeitos trazem à tona aspectos do capitalismo, que desnudam o agravamento da questão social.

Uma nova realidade, novas ferramentas de luta dos trabalhadores

A reestruturação produtiva é derivada desse contexto social, político e econômico marcado pela crise capitalista. As crises especulativa e financeira, dos mercados, impõem ao capital a necessidade de dar saltos de produtividade. Esse novo padrão de acumulação mescla-se com a estrutura fordista-keynesiana, consolidando-se. Cada vez mais as relações sociais são afirmadas como uma relação entre coisas, o “investidor” quer produzir dinheiro do dinheiro em uma ciranda especulativa, que busca o lucro a qualquer custo, como analisou Chesnais (1996).

As novas necessidades impostas pelo processo de acumulação capitalista modificam a classe trabalhadora. Teremos no mundo do trabalho os trabalhadores “estáveis” do grande capital, setores de alta tecnologia especializados e a grande massa dos trabalhadores excluídos de direitos. Uma massa cada vez maior e mais explorada pelo capital.

As principais organizações dos trabalhadores constituíram-se, no último período, sob bases sociais, pautadas no chamado “modelo fordista”. Mesmo o movimento sindical no Brasil, base da retomada das lutas dos trabalhadores nos anos de 1980, apesar da potencialidade e da situação política em que surge, a qual resultará em uma politização das reivindicações, não rompe com o caráter corporativo.

Diante da realidade que se apresenta, a primeira questão a ser levantada é a avaliação do plano estratégico desenvolvido pelos movimentos dos trabalhadores nas últimas décadas: as estratégias revolucionárias, anarco-sindicalistas e leninistas, elaboradas ao final do século XIX e início do século XX, e a chamada estratégia social-democrata. As primeiras, objetivamente portadoras de vitórias históricas do movimento dos trabalhadores, ainda não deram conta de constituir alternativas que superassem o capitalismo historicamente. A segunda, adotando a via reformista, ao buscar reformar o sistema, afirma-se como agente das políticas e interesses deste.

Partindo das referências apresentadas por Bihl (1998), observa-se, nos enfrentamentos do movimento social democrata e nas estratégias revolucionárias, as principais referências políticas do movimento dos trabalhadores no século XX. O movimento social democrata, originário e constituído a partir da II Internacional Socialista, tem por característica central a proposta de emancipação do proletariado, através do controle do Estado via a conquista de representação política, delegada, em geral, aos representantes dos trabalhadores organizados em seus partidos. Observa-se, no desenvolvimento do processo de organização da classe trabalhadora, uma divisão entre luta sindical corporativa e luta política. Essa alternativa colocou-se como contraposta à variante revolucionária, que apresentava-se na luta “direta”

pela derrubada do Estado burguês o centro de sua política. Tendo no leninismo e nos partidos comunistas sua principal referência, buscava a expropriação da burguesia e seus aliados. A disputa entre a perspectiva “leninista”, representada pelos comunistas e os sociais democratas, marcou a luta política do último século.

Ainda que representassem projetos com estratégias divergentes, os comunistas e social-democratas construíram programas políticos e organizações de massa, que se pautavam pelo apoio e participação dos trabalhadores. O movimento operário constituía a base social para sua existência. Grandes sindicatos, dirigidos por partidos comunistas ou social-democratas, disputavam a direção dos trabalhadores.

Comunistas e social-democratas representavam um vigoroso movimento, que obteve grandes vitórias contra o capital, desde as conquistas revolucionárias (revolução Russa em 1917, Chinesa em 1949 e Cubana em 1959), além das lutas contra as ditaduras na África e na América Latina e dos avanços sócio-econômicos conquistados na Europa capitalista. O século XXI, no entanto, inicia-se com a consolidação do neoliberalismo. Ao não viabilizar uma proposta vitoriosa, os projetos dos trabalhadores foram derrotados (ALVES, 2000).

O avanço neoliberal no cenário internacional representa o refluxo do movimento dos trabalhadores, a diminuição significativa dos sindicalizados, as derrotas eleitorais dos partidos comunistas na Europa, a desarticulação de conquistas trabalhistas e o endurecimento da repressão aos movimentos dos trabalhadores em todo o mundo. Os partidos históricos vinculados à classe trabalhadora nos países centrais, com raras exceções, perderam espaço político. Poder-se-ia dizer que os anos 90 representaram um recuo em relação aos movimentos de emancipação constituídos pela classe trabalhadora no século XX.

A luta dos trabalhadores brasileiros

No Brasil, a partir das greves e manifestações iniciadas em 1979, com os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, retomava-se a ofensiva da classe trabalhadora, articulando a luta por reposição das perdas salariais, de um período hiperinflacionário com bandeiras democráticas. Os trabalhadores organizados exigiam democracia e salários dignos. O novo sindicalismo⁸ afirmava a participação de base e a luta por direitos iniciando um amplo e vigoroso processo de mobilização.

Com a participação intensa de vários movimentos sociais, dos movimentos de luta pela terra e em especial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) inspiradas pela Teologia da Libertação, ampliaram-se a solidariedade e as reivindicações por mudanças políticas no país.

Em meio a uma conjuntura de intensas lutas e mobilizações, diante de debates estratégicos sobre os rumos do país, afirma-se a necessidade de apoio à construção de uma ferramenta política dos trabalhadores. Será no início dos anos 80 a formação do Partido dos Trabalhadores, o PT⁹.

⁸ A partir do processo de renovação sindical, que se iniciou em 1978 com as greves dos metalúrgicos, surge o movimento que se convencionou chamar de novo sindicalismo.

⁹ Em 10 de fevereiro de 1980 é realizado o ato de lançamento do Partido dos Trabalhadores; em 31 de maio e em 1º de junho do mesmo ano, realiza-se a reunião nacional de fundação do PT.

Posteriormente observa-se a formação, em 1983, de uma central sindical em nível nacional à revelia da estrutura sindical oficial: a Central Única dos Trabalhadores (CUT). No período de sua formação, afirmava-se um sindicalismo classista em contraposição à política de conciliação de classes, enraizado na base e não-cupulista, livre da interferência do Estado, autônomo em relação aos partidos.

No campo político, no que se refere às organizações da classe trabalhadora, o PT, ao ser fundado, constitui-se como uma nova experiência de partido de massa, com referência socialista. Com grande participação da intelectualidade de esquerda, tendo como base social um movimento operário em ascenso, em meio à luta contra a ditadura, o partido dos trabalhadores nasce assumindo uma radicalidade e uma vigorosa intervenção política nas lutas do povo brasileiro.

Foi com a força dessas mobilizações que se impulsionou o movimento das eleições diretas e as disputas na Constituição de 1988, que, com todos os limites de sua implementação, trouxe em seu texto várias conquistas. Agrupando milhões de trabalhadores, o novo sindicalismo transformou-se ao longo das duas últimas décadas num importante processo político brasileiro, conseguindo incorporar nas lutas sindicais e naquelas de cunho político mais amplo vastos contingentes de trabalhadores.

Com bases sociais vinculadas diretamente ao movimento dos trabalhadores, consolidou-se o projeto de fundação do PT. Esse partido, de formação originalmente operária, foi determinante na formação da CUT. Pode-se dizer que as fronteiras entre os militantes do PT e da CUT, além da ampla maioria dos movimentos sociais e populares, que retomavam suas ações ou se constituíam no pós-ditadura, não estavam claramente definidas. Naquele quadro, o PT expressava o movimento de massa, o conjunto dos trabalhadores, que em geral não estavam ligados aos partidos comunistas¹⁰.

A formação do PT, vitorioso como expressão do movimento das esquerdas no Brasil, confunde-se com o próprio ascenso dos movimentos dos trabalhadores nos anos 80, importante e fundamental, mas ao mesmo tempo insuficiente para consolidar hegemonicamente um projeto estratégico socialista e revolucionário.

O número de greves e mobilizações populares permite afirmar que a década de 1980 foi no Brasil um período vermelho. No entanto, as mudanças econômicas mundiais, com a afirmação do neoliberalismo e a ofensiva ideológica patrocinada pelo capital, atingiram os trabalhadores e suas organizações ao final da década.

A vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello representou a derrota das forças progressistas dos trabalhadores organizadas na sociedade civil. A candidatura de Lula, apoiada pela CUT, representou naquele momento um projeto alternativo e radicalizado. Seu programa político eleitoral expressava objetivamente o vigoroso movimento dos trabalhadores iniciado dez anos antes.

A derrota da candidatura Lula trouxe conseqüências que, ao lado do impacto da queda do "Muro de Berlin", anunciando o fim do "socialismo real", serviram de prenúncio a um ciclo de organização/desorganização da classe trabalhadora.

As conseqüências da nova realidade são claras, basta observarmos como a esquerda de um modo geral foi empurrada a um debate marcado pelo compasso da

¹⁰ No pós-ditadura, o movimento comunista no Brasil é representado centralmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B).

agenda neoliberal. Cada vez mais, setores do movimento sindical brasileiro incorporam as teses gestadas pelos intelectuais orgânicos da burguesia. O discurso da pretensa inexorabilidade do processo de “globalização econômica” parece ter abarcado os setores dirigentes da CUT e do PT. O projeto orientado pelo segmento especulativo do capital, com o discurso de incorporação à ordem e de parceria entre trabalhadores e patrões, afirma a diluição das classes em prol de uma individualidade falaciosa.

A nova realidade da ofensiva capitalista deixa o movimento dos trabalhadores – partidos de caráter socialista e os sindicatos cutistas – à frente de dois caminhos: enfrentar-se com as estratégias do capital articulando novos métodos de luta e reformulando um programa anticapitalista, ou buscar negociar pontualmente na tentativa de defender conquistas e direitos isoladamente. A luta pontual, expressão de um novo corporativismo, mostra-se insuficiente. Segundo Alves: “O mero defensivismo de novo tipo, de cariz neocorporativo, apesar de necessário, vale dizer, é limitado na medida em que tende a negar o componente estratégico da resistência do trabalho no interior do movimento do capital” (2000, p. 112). Sem a articulação de um projeto estratégico de contraposição ao capital, que mobilize a classe trabalhadora forjando novos métodos de luta, politizando os enfrentamentos corporativos e rompendo nos sindicatos as barreiras entre os empregados e os sem emprego, não será possível fortalecer a resistência à ofensiva capitalista.

Distantes muitas vezes da nova problemática, os sindicatos acabam por assumir um viés neocorporativista ao não incorporar os demitidos, os contratados temporariamente e os terceirizados das grandes empresas em seus quadros. Ao deixar de discutir política para esses segmentos, deixam de organizar setores mais proletarizados da classe trabalhadora e com tendências mais explosivas. Os desempregados muitas vezes são demitidos das empresas e do sindicato. Os partidos, por sua vez, em prol das táticas eleitorais ou de pactos de governabilidade, acabam por distanciar-se dos enfrentamentos mais radicalizados.

As tentativas de respostas à mundialização e à reestruturação produtiva dividem o movimento dos trabalhadores entre os que defendem uma inserção do Brasil na economia internacional – leia-se submissão total às políticas imperialistas – e os setores que seguem resistindo e afirmando uma estratégia socialista. Essas estratégias divergentes refletem-se nas disputas políticas e sindicais. De um lado atribui-se aos sindicatos o papel de auxiliar dos agentes do capital, fazendo parceria com as empresas, gerindo os vultosos recursos dos fundos de pensão e adequando o discurso aos “novos tempos”. De outro, defende-se a estratégia de ruptura, colocando a perspectiva de transformação social, rejeitando a parceria com patrões e resistindo à integração e à cooperação capitalista. Um campo progressista, mas com imensas dificuldades de articular-se e expressar os contornos ideológicos de um novo projeto.

A tarefa central do partido operário, do partido da revolução socialista – apresentada por Lênin (1986) e resgatada por Gramsci (2000) – é a de contribuir para a elevação da consciência da classe, mas a consciência de classe parece não ser mais prioridade. A disputa pelo poder, a estratégia de luta por transformação e o enfrentamento com o Estado estão relegados a um futuro distante.

Nesse contexto, surgiram movimentos e organizações dos trabalhadores – ainda que embrionárias – discutindo e implementando estratégias que tentam articular várias lutas reivindicatórias. A luta pela sobrevivência, seja referenciada pela terra, pelo emprego ou por moradia, adquire um caráter de luta direta contra os interesses capitalistas nos dias de hoje. Os sujeitos desses processos têm de enfrentar-se com os interesses da burguesia para sobreviver. A organização desses movimentos, pautada nas transformações da realidade brasileira, impõe demandas que acabam por articular sujeitos que vivenciam e são expressão dessa nova realidade.

Não se trata, a partir dessa avaliação, de negar os espaços e potencialidades ainda existentes no movimento sindical organizado e nos partidos referenciados na classe trabalhadora. Muito menos, trata-se de implementar uma política voluntarista. O que de fato busca-se, com esse mapeamento das transformações da classe trabalhadora, é definir uma política, para a nova realidade, identificando os sujeitos que se incorporam ao cenário da luta de classes brasileira.

Os novos movimentos de classe

A esquerda brasileira na retomada da democracia – fim da ditadura, início dos anos 80 – não deu conta de gerar um projeto político que pudesse juntar as lutas de nosso povo com um projeto programático de nova ordem, fonte de inspiração e mobilização ativa dos trabalhadores e da juventude num confronto de classes que rompesse os limites das lutas econômico-corporativas e por reformas. Não se trata de diminuir o significado das várias lutas operárias. Foram processos de mobilização que obtiveram muitas conquistas. No entanto, o espaço privilegiado de mobilização, que articulava as lutas nas fábricas com a igreja, a juventude, não conseguiu avançar na transformação estratégica dos rumos do país.

Na conjuntura atual, apresentam-se movimentos de massa e organizações associativas que expressam uma dinâmica política inovadora. Os processos recentes de organização da classe trabalhadora brasileira, que aqui chamamos de “novos movimentos de classe”, articulam um projeto estratégico de luta por uma nova configuração societária, com a necessidade imediata de prover condições materiais mínimas de sobrevivência para seus membros.

O desenvolvimento dos projetos políticos desses movimentos implementa uma lógica de intervenção e ação inovadoras. Organiza e aglutina segmentos distintos de trabalhadores sob uma mesma “bandeira”. Essas novas organizações buscam implementar alternativas econômicas para sobrevivência e auto-sustentação dos trabalhadores. Experiências que se desenvolvem numa dinâmica que busca o controle do processo de trabalho e formas não-capitalistas de organização econômica. A organização de massa, priorizando a democracia e a ação direta, é a principal referência desses movimentos.

Na atualidade, diante da crise¹¹ das esquerdas no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ganha espaço e dá passos na articulação da

.....
¹¹ Por crise se entende as dificuldades do movimento socialista em articular uma estratégia de massas no país, com capacidade de construir um projeto que articule as distintas demandas se afirmando na disputa hegemônica.

luta pela terra em direção a um projeto para o Brasil. A situação de conflito no campo, o desemprego e a miséria nas cidades levam o MST a evoluir para uma organização política de massas, com propostas para o campo e para a cidade.

Nos acampamentos e assentamentos, de forma diferenciada, o movimento articula projetos de formação ideológica com atividades concretas do dia-a-dia. A estrutura básica de organização dá-se através de comissões. Essas comissões subdivididas em saúde, segurança e educação, entre outras, coordenam as ações e garantem a organização cotidiana do movimento. Em outra esfera, o movimento trava uma disputa permanente pela aplicação dos recursos do fundo público. Exige não só verbas para a reforma agrária, e créditos para o plantio, como também infraestrutura mínima para as regiões ocupadas. Recentemente o MST tem atuado na busca de garantias de aplicação dos recursos de acordo com projetos desenvolvidos pelo próprio movimento. Na educação, por exemplo, foi desenvolvido todo um projeto pedagógico a ser implementado nas “escolas do movimento”.

Agrega-se à organização política cotidiana o desenvolvimento de projetos de cooperação econômica e coordenação da produção e distribuição agrícola nas áreas ocupadas. O MST tem suas cooperativas organizadas através da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Articula-se diretamente nas mais diversas parcerias, que proporcionem recursos políticos e materiais para as áreas ocupadas ou reformadas e para sustentação do movimento. Mantendo um leque amplo de colaboração com diversas organizações internacionais, com Universidades e intelectuais de diversos setores, o MST afirma-se como uma referência de organização. Ao romper o isolamento, o movimento tem conseguido resistir e ampliar sua ação.

O MST, especificamente, não pode mais ser caracterizado como uma organização de luta pela reforma agrária estritamente, como alertou Comparato (2003). As produções teóricas, as resoluções e ações desse movimento parecem indicar a compreensão da impossibilidade de lutar por terra sem uma modificação global da sociedade brasileira. Essa compreensão tem determinado o discurso e a busca de intervenções políticas mais gerais do movimento, como na luta contra o neoliberalismo desencadeando atos e manifestações, a campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o plebiscito sobre o pagamento da dívida externa, entre muitas outras iniciativas que indicam essa política. O MST na atualidade destaca-se como o principal movimento de luta brasileiro. As lutas abraçadas por esse segmento se universalizam ao representar um embate direto com os interesses do capital. Ainda que com programas e táticas diferenciadas, pode-se perceber em várias partes do mundo a afirmação de movimentos políticos desafiando os regimes neoliberais. De acordo com Petras (2000):

Esses novos movimentos políticos, como o EZLN no México, o MST no Brasil, as FARC na Colômbia, os movimentos de camponeses-índios no Equador, na Bolívia e no Paraguai, estão desafiando abertamente os regimes neoliberais e seus patrocinadores imperialistas (2000, p. 56).

No Brasil, ao exemplo do MST, somam-se vários outros movimentos. O MTL, com peso de massa no Nordeste, em Goiás e no Triângulo Mineiro, mantém uma estrutura organizativa bastante parecida. Difere-se do MST, por sua definição fundacional, de articular diretamente no interior do movimento trabalhadores urbanos e rurais em suas distintas realidades. As ações dessa organização têm se destacado por iniciativas de atuação nas áreas ocupadas no campo e nas ações urbanas de intervenção sindical e popular.

Em uma de suas principais ações do último período, ocuparam uma área em Uberlândia onde se realizava o plantio e beneficiamento de madeira para celulose: a fazenda Tangará, uma área imensa, que após muitos enfrentamentos e mobilizações foi desapropriada. A proposta implementada pela primeira vez nesse processo de desapropriação foi a de formação de uma propriedade coletiva de produção, um condomínio coletivo, sem a posse individual de pequenos terrenos. Tal fato expressa a concepção do movimento de construir projetos de desapropriação que resultem em empreendimentos econômicos controlados pelos trabalhadores, as chamadas “Empresas Rurais Comunitárias”.

Nas cidades são inúmeras as associações e comissões que se articulam ou rearticulam-se por fora dos sindicatos, o movimento de cooperativas¹² de auto-sustentação, os movimentos por moradia e a organização dos desempregados. O MST, nas cidades, vem impulsionando o movimento sem teto através do MTST e articulando trabalhadores desempregados em algumas regiões.

Ao romperem com o corporativismo e o economicismo presentes no movimento sindical e com a lógica dominante nos partidos “tradicionais” da classe trabalhadora, essas organizações inovam e resgatam as potencialidades e a atualidade do partido de novo tipo, como ferramenta imprescindível para a luta pela construção de uma nova sociedade. Essas organizações já expressam em seu programa e em suas ações a tentativa de junção da luta imediata com um programa de unificação e ação conjunta, para construção de uma nova sociedade, valendo-se também da disputa institucional. Uma realidade que demanda novas ferramentas de luta e novas reflexões.

Conclusão

Ao articular a luta por uma contra-hegemonia no campo das ações políticas, de organização da classe e no campo da gestão econômica, os “novos movimentos de classe” afirmam sua existência, desenvolvendo uma luta de novo tipo. São novos, por expressarem o resgate e a inovação de experiências políticas da classe trabalhadora num momento de grandes transformações. Um processo distinto de organização, fruto da realidade objetiva que integra precarizados e desempregados da cidade, sem terras e sem emprego do campo em um movimento que, partindo de reivindicações mínimas, articula uma estratégia de transformação social radical.

Observa-se no desenvolvimento desses movimentos que suas bandeiras vão de encontro à formação de um projeto coletivo não-corporativo. Ao integrarem

¹² Refiro-me aqui aos movimentos de “cooperativados”, vinculados aos movimentos sociais, que fogem à lógica das empresas e organizações que buscam no trabalho cooperativo formas de burlar os encargos trabalhistas.

distintos segmentos da classe trabalhadora, unificados na luta por condições mínimas de vida, implementam uma dinâmica totalizante de reivindicações.

Ao se afirmarem os novos movimentos de classe, abre-se a possibilidade de construção de outras ferramentas para a formação de uma referência coletiva. Uma referência capaz de dotar as organizações dos trabalhadores na sociedade civil, de uma política que englobe as dimensões sócio-econômicas e culturais.

A radicalidade da luta e as demandas colocadas levam esses movimentos a uma práxis que afirma a busca por outra forma de organização social. A tarefa de construção de ferramentas orgânicas de intervenção na luta social, que articule os diversos sujeitos e amplie os espaços de interação, transformando as lutas específicas em programas políticos coletivos, está colocada.

Esses elementos, brevemente traçados, servem menos para discutir o passado e mais para pensar o futuro em meio aos desafios da realidade que se apresenta. Os novos movimentos de classe possibilitam a construção de um projeto revolucionário de massas, que permita organicidade aos trabalhadores em torno de alternativas de vida e de concepção de mundo.

A conjuntura presente vem afirmar a dinamicidade da história. A possibilidade de construir um projeto amplo, que possa referenciar as lutas coletivas sob outras bases, revigora o socialismo enquanto projeto emancipatório e atual.

Ao constatar e buscar debater as potencialidades progressivas que os chamados "novos movimentos de classe" trazem ao cenário da luta de classes brasileira, não se pode perder de vista suas contradições, desafios e limites. Assim, faz-se necessário aprofundar os estudos e reflexões em torno das experiências político-sindicais da classe trabalhadora brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, Emir e Gentili, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COMPARATO, Bruno Konder. *A Ação Política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- COUTINHO, Calos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *As Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Volume II.
- IAMAMOTO, Marilda. *Trabalho e Indivíduo Social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LENIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. *Obras escolhidas*. 3ª ed. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1986. Livro I.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Livro I.
- MTL. *Empresa Rural Comunitária: alternativa para o assentamento*. Uberlândia: 2002.
- PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Recebido em 15 de julho de 2007.

Aprovado para publicação em 17 de junho de 2008.